



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28/04/2014**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 09**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

**Presidente:**

**Vereador:** Jorge Alves Custódio (PSD)

**Vereador:** João dos Santos Alves (PSD)

**Vereador:** Isabel Alexandra dos Santos Tomé (PSD)

**Vereador:** Carlos Manuel Nunes Alegre (PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:** José Alberto Pacheco Brito Dias (PSD)

**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 28/04/2014**

**ATA Nº 09**

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Sandra Maria da Silva Seco, Assistente Técnica. ----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Presidente, por motivos de agenda, em reuniões na AIRC e CESAB, respetivamente. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 14 de abril de 2014 foi aprovada por maioria, com uma abstenção, da Senhora Vereadora Alexandra Tomé, por não ter estado presente.

----- A ata da reunião extraordinária do dia 16 de abril de 2014 foi aprovada por maioria, com uma abstenção, da Senhora Vereadora Alexandra Tomé, por não ter estado presente. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA -----**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 24 de abril de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.198.289,79 € (dois milhões cento e noventa e oito mil duzentos e oitenta e nove euros e setenta e nove centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 261.225,14 € (duzentos e sessenta e um mil



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

duzentos e vinte e cinco euros e catorze centimos), num total de 2.470.055,02 € (dois milhões quatrocentos e setenta mil e cinquenta e cinco euros e dois centimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----

#### 1.2 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Vice-Presidente deu a conhecer ao restante Executivo, o relatório circunstanciado de todos os processos judiciais em que são intervenientes o Município, as Freguesias e as Assembleias de Compartes, confiados ao seu Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves e escritório. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----

#### II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

##### 2.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 2.1.1 - VI Passeio BTT - Cremalheiras Empenados - Rota do Mel Parte II

----- Na sequência do pedido de apoio formulado pelo Clube BTT Os Cremalheiras Empenados, por carta com o registo de entrada nº 1658, datada de 14-04-2014, para o fim supramencionado, -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, conceder um apoio financeiro no montante de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros) àquela coletividade, destinado a compartilhar os encargos inerentes à realização do VI Passeio BTT d'Os Cremalheiras Empenados - Rota do Mel Parte II, no dia 18 de maio de 2014. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 2.1.2 - Associação Empresarial e de Serviços de Pampilhosa da Serra - Apoio Financeiro / 2014



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Na sequência do pedido de apoio formulado pela Associação Empresarial e de Serviços de Pampilhosa da Serra, por carta com o registo de entrada nº1388, datada de 27-03-2014, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, conceder um apoio financeiro no montante de 13.000,00 € (treze mil euros), destinado a apoiar despesas de funcionamento da Associação em causa, na prossecução das suas atribuições estatutárias. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.2 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 2.2.1 - Alzira Maria Silva Gonçalves Reis

##### - Pedido de atualização do valor das refeições

----- Foi presente uma carta de Alzira Maria Silva Gonçalves Reis, residente na Rua da Quinta, nº 7, 3320 - 000 Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- *"Tendo em conta os constantes aumentos dos géneros alimentares, bem assim como a carga fiscal (23% IVA) a que está sujeita a nossa atividade, torna-se muito difícil a manutenção do preço das refeições por nós fornecidas. -----*

----- *Assim, venho pela presente solicitar a V.Exª se digne rever os valores a pagar pelas refeições que fornecemos aos V/funcionários, parecendo-me justo que o valor seja atualizado para 7€/refeição (...)" -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade indeferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 2.2.2 - Alteração do preçário de refeições

----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo, que reuniu na semana passada com os representantes dos restaurantes sedeados no Concelho de Pampilhosa da Serra onde estes invocavam a necessidade de ser revisto o preço diário de refeição fornecida aos funcionários da Autarquia. -----

----- Por estes foi dito que na base do pedido desta reunião estava a alteração da



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

percentagem do IVA, que passou de 13% para 23% e que não era mais possível suportar tal encargo. -----

----- Após diversas propostas feitas pelos ditos representantes e contra propostas apresentadas pelo Sr. Vice-Presidente, foi acordado no final o valor de 6,80 € com IVA incluído, com efeitos a partir de 1 de maio do corrente ano. -----

----- A Câmara Municipal, ouvidas que foram as explicações dadas pelo Sr. Vice-Presidente, deliberou por unanimidade aceitar a proposta acima referida. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.3 - Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça PRODER - ACCÃO 351 - Pedido de Comparticipação, no âmbito da Gestão do GAL-ELOZ**

----- Foi presente uma carta da Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, a solicitar o pagamento da importância de 236,78 €, valor correspondente a despesas não elegíveis, de funcionamento, decorrentes da atividade da entidade acima referida, enquanto gestora do Programa 3 - Eixo Leader do PRODER, no âmbito da Ação 351 - Funcionamento do GAL. -----

Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.4 - Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.**

##### **Águas de Portugal**

##### **- Opção de Venda da Participação no Capital Social da ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. no âmbito do Processo de Privatização da EGF**

----- Foi presente uma carta subscrita por um representante da Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA. e um representante da Águas de Portugal, SGPS, SA, respetivamente, datada de 14 de abril do corrente ano, a propor ao Município de Pampilhosa da Serra, a compra das ações/participações dos sistemas multimunicipais, no âmbito do processo em curso que visa a autonomização do setor dos resíduos do grupo Águas de Portugal; tendo em conta que o Município de Pampilhosa da Serra detém uma participação social no capital da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A., entidade gestora do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamentos de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro, pode, se assim o desejar, exercer a Opção de Venda, nos termos e condições constantes da minuta de carta



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

em anexo.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade não aderir à Opção de Venda.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.3 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

#### 2.3.1 - Fábrica da Igreja de Pampilhosa da Serra

- Requerimento - Reg. Nº 1794 - 24/04/2014

- Festa Ocasional (Santo António) 14 e 15 de junho de 2014

----- Foi presente uma carta da Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção das taxas devidas pelo Licenciamento de Ruído, a emitir pelo Município de Pampilhosa da Serra, respeitante à realização dos tradicionais festejos em honra de Santo António, nos dias 14 e 15 de junho, junto à capela do referido santo. -----

----- Face ao exposto e tendo em consideração o teor da informação dos Serviços de Secretaria, em anexo, sobre o assunto supramencionado, a Câmara Municipal após análise, deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3.2 - Pedido de criação de uma tarifa de consumo doméstico de água aplicável a famílias numerosas (5 ou mais elementos)

----- Foi presente uma carta, subscrita por Patrícia Filipa Dias Nunes, Nélia Maria Antunes Martins dos Santos, Filomena Maria Antunes Ramos Neves Barata e Eusébio da Silva Barata, residentes no concelho de Pampilhosa da Serra, na qualidade de representantes de agregados familiares numerosos, que solicitam seja ponderada a criação de uma tarifa de consumo doméstico de água, adequada a agregados familiares com 5 ou mais elementos, expondo os fundamentos que consideram pertinentes para o efeito.-----

----- A Câmara Municipal, após análise, tomou em consideração a proposta apresentada e deliberou por unanimidade analisar em futuros Regulamentos. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014

----- Foi presente a minuta da ata da Assembleia Municipal realizada em vinte e seis de abril de dois mil e catorze, onde consta a adjudicação da prestação de serviços "Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014", com o seguinte teor: -----

----- "Pelo Sr. Presidente da Câmara foi dito o seguinte: -----

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2014, aprovou por unanimidade e submete à Assembleia Municipal a seguinte informação dos Serviços Técnicos de Obras: -----

----- A presente informação é elaborada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 125º do Código dos Contratos Públicos publicado no Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no Decreto-lei nº 278/2009 de 02 de outubro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 149/2012 de 12 de julho, constituindo o projeto de decisão de contratar a prestação de serviço mencionada no presente procedimento de contratação por ajuste direto, dado que somente foi apresentada uma única proposta.-----

----- 1. FIRMAS CONVIDADAS: -----

----- a) Cruz Martins & Pega Magro, SROC -----

----- b) João Cruzeiro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda -----

----- c) Azevedo Coutinho, SROC, Unipessoal, Lda -----

----- 2. FIRMA QUE APRESENTOU PROPOSTA DE PREÇO: CONCORRENTE Nº 1 - Cruz Martins & Pega Magro SROC, com sede na Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2 - r/c- E, Covilhã, 6200-551 COVILHÃ, pelo valor total de 9.480,00 € (nove mil, quatrocentos e oitenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo máximo de prestação de serviço de 12 meses.-----

----- 3. CONCLUSÃO: -----

----- Após apreciação da única proposta recebida, verifica-se que a mesma cumpre com todos os requisitos do convite e caderno de encargos enviados aos concorrentes.-----

----- É pois entendimento destes serviços técnicos de obras que a prestação de serviços objeto do presente procedimento seja adjudicada ao concorrente Cruz Martins & Pega Magro, SROC, com sede na Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2 - r/c- E, Covilhã, 6200-551 COVILHÃ, pelo valor total de 9.480,00 € (nove mil, quatrocentos e oitenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo máximo de prestação de serviço de 12 meses.-----

----- Nos termos do nº 2 do artº 125 do CCP, os serviços entendem ainda enviar a presente informação e demais documentos que compõem o processo de ajuste direto, ao



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

órgão competente para decisão de contratar, cabendo a este, nos termos do nº 4 do artigo 124º, decidir sobre a aprovação da proposta contida na citada informação, nomeadamente para efeitos de adjudicação, após proposta da Câmara Municipal.-----

----- Informo ainda que caso a decisão de adjudicação seja tomada em conformidade com a proposta acima mencionada, no cumprimento do nº 1 do artº 76º e do artº 77º do CCP, deve tal decisão de adjudicação ser notificada ao concorrente.-----

----- Juntamente com a notificação de decisão de adjudicação deve-se ainda notificar o adjudicatário para:-----

----- a) no prazo de 10 (dez) dias, apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artº 81º do CCP e em conformidade com o ponto 14 do convite à apresentação de proposta.-----

----- b) no prazo de 10 (dez) dias, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada. -----

----- O processo encontra-se devidamente instruído e a decisão final de adjudicação é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.-----

----- *Dada a palavra aos membros da Assembleia e não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade.*-----

----- *Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em apreço.*-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade dar seguimento ao procedimento de concurso e remeter o processo à Divisão Técnica de Obras e Urbanismo de modo a ser comunicada a adjudicação e solicitada a apresentação dos documentos de habilitação bem como o desenvolvimento de posteriores formalidades previstas no Código da Contratação Pública.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3.2 - Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra

#### Relatório Final de Análise de Propostas

#### Processo 022014

----- Foi presente o Relatório Final II elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de Outubro e pelo Decreto-lei nº149/2012 de 12 de julho.-----

----- O citado Relatório encontra-se também acompanhado do Relatório Preliminar e Relatório Final I, elaborados nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

citado Código dos Contratos Públicos. -----

----- De acordo com o conteúdo do Relatório Final II, verifica-se que o Concorrente classificado em primeiro lugar, de acordo com os critérios de adjudicação previstos no Programa de Concurso, é o Concorrente CIP, Construção, S.A e que se propõe executar a empreitada pelo valor de 823.865,54 € (oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e quatro centimos), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 365 dias.-----

----- Mais se verifica que em sede de Audiência Prévia tanto ao relatório preliminar, como ao relatório final I, ocorreram reclamações nos termos aí mencionados e com as decisões neles expressas pelo que o relatório final II traduz a análise e ponderação dessas mesmas reclamações bem como a fundamentação das decisões tomadas. -----

----- Após análise dos elementos presentes, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar a empreitada à empresa CIP, Construção, S.A pelo valor de 823.865,54 € (oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e quatro centimos) acrescido do IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de 365 dias. -----

----- Mais deliberou que o citado Concorrente deverá ser notificado para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e à prestação de caução no valor de 5% do preço contratual, nos termos do disposto no artigo 88º e seguintes do referido Código e dentro dos prazos previstos no Programa de Concurso (10 dias). -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **3.3 - Reabilitação do estádio Municipal de Pampilhosa da Serra**

#### **Relatório Final de Análise de Propostas**

#### **Processo 012014**

----- Foi presente o Relatório Final II elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de Outubro e pelo Decreto-lei nº149/2012 de 12 de julho.-----

----- O citado Relatório encontra-se também acompanhado do Relatório Preliminar e Relatório Final I, elaborados nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do citado Código dos Contratos Públicos. -----

----- De acordo com o conteúdo do Relatório Final II, verifica-se que o Concorrente classificado em primeiro lugar, de acordo com os critérios de adjudicação previstos no Programa de Concurso, é o Concorrente Predilethes - Construções, Lda e que se propõe



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

executar a empreitada pelo valor de 213.046,55 € (duzentos e treze mil, quarenta e seis euros e cinquenta e cinco centimos), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 150 dias.-----

----- Mais se verifica que em sede de Audiência Prévia tanto ao relatório preliminar, como ao relatório final I, ocorreram reclamações nos termos aí mencionados e com as decisões neles expressas pelo que o relatório final II traduz a análise e ponderação dessas mesmas reclamações bem como a fundamentação das decisões tomadas. -----

----- Após análise dos elementos presentes, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar a empreitada à empresa Predilethes - Construções, Lda pelo valor de 213.046,55 € (duzentos e treze mil, quarenta e seis euros e cinquenta e cinco centimos) acrescido do IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de 150 dias. ---

----- Mais deliberou que o citado Concorrente deverá ser notificado para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e à prestação de caução no valor de 5% do preço contratual, nos termos do disposto no artigo 88º e seguintes do referido Código e dentro dos prazos previstos no Programa de Concurso (10 dias). -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.4 - Campo de Jogos de Pampilhosa da Serra

##### Anomalias Acionamento da garantia da empreitada

##### Processo 352008

----- Foi presente uma informação dos serviços técnicos de obras e urbanismo com o seguinte teor:-----

----- Em reunião de Câmara de 28/08/2012 foi deliberado acionar as garantias da empreitada em epígrafe, tendo em consideração a seguinte informação: -----

----- *“O Município em 10/08/2012, através do ofício n.º 4359 notificou a empresa adjudicatária, Oliveiras, S.A., para que no prazo de 10 dias úteis contados da data de recebimento da notificação, procedesse ao início dos trabalhos de correção/eliminação das anomalias que se verificam na empreitada.*-----

----- *Em 23/08/2012, através da carta com a refª 375/12 - JO/CS, a empresa adjudicatária, Oliveiras, S.A., veio tecer um conjunto de afirmações que não correspondem à verdade dos factos e onde refere de forma clara e inequívoca que não assume a responsabilidade da reparação das anomalias.*-----

----- *Na citada comunicação, a empresa adjudicatária começa por referir que as sondagens acordadas na reunião de 04/11/2011 se destinavam a analisar os problemas das camadas subjacentes à execução do aterro de plataforma.*-----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- Tal facto não corresponde à verdade, já que as sondagens se destinavam a analisar todas as camadas existentes abaixo do relovado, nomeadamente o aterro executado, já que este apresenta problemas já identificados em sondagens anteriores e que se vieram a comprovar na campanha realizada em 2012.-----

----- No que se refere à seleção da empresa Geocontrole para a realização das sondagens, o referido pela empresa Oliveiras, S.A., não corresponde à verdade, já que o Município enviou um conjunto de empresas ao adjudicatário para que este escolhesse um, tendo a empresa Oliveiras, S.A. informado que escolhia a empresa GEOCONTROLE.-----

----- Assim a escolha foi feita pela empresa Oliveiras, S.A., e não pelo Município como é referido.-----

----- De igual modo é referido que na reunião de 04/11/2011 foi acordado que o Município informaria da data de realização das sondagens para que o adjudicatário acompanhasse os trabalhos.-----

----- Tal situação não foi abordada nem acordada na citada reunião nem o adjudicatário manifestou vontade de acompanhar as sondagens a não ser na comunicação de 15/05/2012 via email, data já posterior à realização das mesmas.-----

----- Assim contrariamente ao referido na missiva do adjudicatário, não houve qualquer esquecimento nem nunca tal justificação foi transmitida por mim, Eng.º Fernando Alves, nem por outro técnico deste Município.-----

----- O adjudicatário, Oliveiras, S.A., há semelhança do já transmitido em várias reuniões refuta qualquer responsabilidade nas anomalias existentes, referindo de forma sistemática que executou a empreitada de acordo com o previsto e obedecendo a todas as especificações prescritas e que os diversos relatórios de sondagem concluem dessa forma.-----

----- Da análise aos diversos relatórios de sondagens efetuadas (duas campanhas), verifica-se que em ambos são identificadas anomalias na compactação do aterro realizado e nos materiais utilizados na sua execução bem como nos solos de fundação que deveriam ter sido removidos e não o foram.-----

----- No relatório da campanha de 2012, executado pela empresa GEOCONTROLE, é ainda mais realçada a deficiente qualidade do aterro tanto pela compactação como pelos materiais utilizados sendo também novamente identificadas camadas que deveriam ter sido removidas e não o foram.-----

----- A empresa adjudicatária, apesar do Município já ter solicitado em várias reuniões os relatórios dos ensaios realizados durante a execução dos aterros, nunca procedeu à sua apresentação.-----

----- Também se constata que, apesar de estar previsto na empreitada a execução de saneamento de terrenos não apropriados e a sua deposição em vazadouro, os mesmos foram utilizados na execução de aterro, facto que está evidenciado no relatório da campanha de sondagens realizadas em 2012, que refere a existência de solo não apropriado no aterro e presença de matéria orgânica, fragmentos de cerâmica entre outros.-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Tal como sempre afirmado pelo Município, a responsabilidade pelas anomalias é da empresa adjudicatária Oliveiras, S.A., e como tal deve à mesma proceder à sua reparação.-----

----- Nestes termos e dado que a empresa Oliveiras, S.A., não assume tais responsabilidades não obstante os elementos existentes e as conclusões contidas nos relatórios das sondagens, entende-se que deverá ser feito um projeto de reabilitação da infra estrutura que contemple a eliminação das causas das anomalias e a reparação das citadas anomalias e acionada a garantia existente para serem efetuadas as obras necessárias.-----

----- Deste modo entende-se que todos os custos inerentes à elaboração do projeto, reabilitação da infra estrutura e prejuízos causados pelo estado atual, devem ser imputados à garantia, já que o adjudicatário se recusa à assumir as suas responsabilidades no âmbito da garantia da empreitada.-----

----- À consideração superior."-----

----- Atento a deliberação tomada na citada reunião de Câmara de 28/08/2012, foi efetuado um projeto de reabilitação e correção das anomalias identificadas na empreitada.-----

----- O Município procedeu ao lançamento de um concurso público, publicado através do Anúncio de procedimento n.º 144/2014 no Diário da República nº9 de 14/01/2014, II Série, parte L.-----

----- Decorridos os trâmites legais de acordo com o estipulado no Código da Contratação, foi efetuado o relatório final de análise das propostas em 16/04/2014 onde é proposta a adjudicação ao concorrente Predilethes - Construções, Lda, pelo montante de 213.046,55 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que neste momento é de 6%.-----

----- Assim e dado o atrás exposto, caso seja deliberado em reunião de Câmara aprovar a proposta contida no relatório final, deverá ser confirmado o acionamento das garantias da empreitada.-----

----- No âmbito da empreitada existem as seguintes garantias:-----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/08307716 emitida em 18/09/2008 pelo Banco BPI, S.A. no montante de 104.862,06 €; -----

----- 2) Seguro caução garantia com a apólice nº100013842/200 emitido em 06/02/2009 pela COSEC, Companhia de Seguros de Crédito, S.A., no valor de 104.862,06 €.-----

----- É pois entendimento destes serviços técnicos de obras, uma vez que valor da reparação é superior ao valor das garantias, que deverão ser acionadas ambas as garantias existentes, sendo a empresa Oliveiras, S.A., responsável pelo pagamento dos restantes custos, nomeadamente o diferencial não assegurado pelas garantias, custo do projeto no valor de 12.054,00 € e demais prejuízos causados pelo estado atual da infraestrutura e consequente não utilização plena da mesma.-----

----- À consideração superior."-----

----- Após análise dos elementos presentes, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o teor da informação dos serviços técnicos de obras e urbanismo e proceder, junto das entidades emissoras das garantias da empreitada, ao pedido dos montantes das mesmas. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais deliberou que após a conclusão dos trabalhos de reabilitação será efetuado o cálculo final de todos os prejuízos e os mesmos serão comunicados e imputados à empresa Oliveiras, S.A. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.5 - Retificação da Estrada Almas de Belide/Alto do Vidual\_Liberação de caução\_Receção definitiva**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- “ Em 22/04/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº 36230488090350, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A., em 03/09/2007 no valor de 81.350,00 €, sendo que a mesma já se encontra cancelada no seguimento da deliberação tomada em reunião de Câmara de 13/11/2012. -----

----- Para reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 36230488094425, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A., em 24/04/2008 no valor de 81.350,00 €, sendo que atualmente tem o valor de 40.675,00 €, de acordo com a deliberação tomada em reunião de Câmara de 13/11/2012. --

----- Aquando do pagamento do auto referente à revisão de preços, foi efetuada uma retenção de 5.000,00 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo, libertada a garantia bancária nº 36230488094425, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A., em 24/04/2008 no valor de 81.350,00 €, com o valor atual de 40.675,00 € e devolvido o montante retido de 5.000,00 €. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4. OBRAS PARTICULARES**

##### **4.1 - Licenciamento de Instalação e Funcionamento de Recinto de Festas em Pampilhosa da Serra**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma Informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- “ A Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra, contribuinte nº 501 896 678, representada pelo pároco Orlando José Guerra Henriques, com sede na Rua Rangel de Lima, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, apresentou nos serviços do Município, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, por força da alínea c) do artº 8º do mesmo Regulamento, pedido de isenção de taxas, para o processo de licenciamento da Instalação e Funcionamento de Recinto de Festas em Honra de Santo António, a realizar nos dias 14 e 15 de junho do corrente ano, no local sito junto à capela do referido santo, no Bairro de Santo António, em Pampilhosa da Serra.-----

----- Ora, de acordo com o que dispõe a alínea c) do artº 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, as pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, administrativa, associações humanitárias, religiosas, culturais, recreativas, desportivas e sociais e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas, pelos atos e factos de destinam à realização dos seus fins estatutários, podem beneficiar de isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. -----

----- Pelo exposto, considera-se que a mencionada instituição, Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pampilhosa da Serra, se encontra abrangida pelos condicionalismos previstos no articulado do Regulamento acima referido. -----

----- Mais se entende referir que o pedido de reconhecimento de isenção se encontra formalizado, de acordo com o nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, em vigor. Levo a presente situação à consideração de V.Exª.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.2 – Restituição de taxas referentes à construção de moradia unifamiliar, sita na Rua da Fonte em Amoreira Cimeira.**

**- Processo nº 4/2014**

**- Requerente: Henrique de Oliveira Pina Tavares**

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- “ Em 12/02/2014, deu entrada nestes serviços de obras particulares, o processo de licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas superiores às apuradas, posteriormente, pelos serviços técnicos de obras, em 15/04/2014, no tocante ao uso afeto à habitação. -----

----- Sobre as áreas declaradas recaíram as taxas devidas, pagas através da guia de recebimento nº 31, de 12/02/2014. -----

----- Efetuados os devidos cálculos, apurou-se que o valor cobrado a mais é de 146,60 €, conforme se descrimina no quadro em anexo. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto, propõe-se a restituição ao requerente do valor de 74,90 €, nos termos do disposto no nº 2 do art.º 16, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.3 – SERVIÇOS TÉCNICOS – GABINETE DE PROJETO

##### 4.3.1 – INF – Membros Fundadores da Rede de Cidades e Vilas de Excelência | Adesão/convite

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos – Gabinete de Projeto, do seguinte teor: -----

----- “O instituto de Cidades e Vilas com mobilidade, através de ofício registado com o nº.5166 de 12 de dezembro de 2013 e, de acordo com a informação/preensão requerida pelo Exmo. Sr. Vice-presidente desta Câmara Municipal, veio lançar o desafio de integrar a Rede de Cidades e Vilas de Excelência, com vista à implementação de um plano de ação e ao cumprimento de metas de Vilas de Excelência. -----

----- Nos últimos anos, Pampilhosa da Serra tem introduzido um conjunto de medidas que visam a sua promoção, mas também a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes. Este processo tem por base obter o reconhecimento e certificação do título de Vila de Excelência em território nacional e, tendencialmente, internacional, a partir da definição planeada de metas e do seu cumprimento evolutivo, conforme os temas sugeridos: Vila Acessível para Todos e Vila de Regeneração e Vitalidade Urbana.-----

----- Esta Rede prepara o novo quadro de desenvolvimento integrado e, adicionalmente, tornar-se-á uma sólida base para a preparação ao Programa QREN/QEC 2014-2020.-----

----- Condições de Participação propostas,

##### 1. Obrigação para a Câmara: -----

- Inscrição no plano de atividades do município; -----
- Limite temporal do projeto de três anos; -----
- Valor total de adesão – 10000€ + IVA; -----
- A adesão à rede pressupõe o pagamento de três anuidades, no final de cada um dos três anos do projeto; -----
- A adesão pode ocorrer a qualquer momento.-----

##### 2. Obrigação para o Instituto prestador do serviço: -----

- Inscrição na plataforma “Vortal”; -----
- Contrato escrito; -----
- Limite temporal do projeto de três anos; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

- A adesão à rede pressupõe o pagamento de três anuidades, no final de cada um dos três anos do projeto; -----

- A adesão pode ocorrer a qualquer momento.-----

----- Sendo a apreciação favorável, à integração da Rede Cidades e Vilas de Excelência, será posteriormente aberto o respetivo procedimento de ajuste direto para enquadramento da despesa.---

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade não aderir à Rede de Cidades e Vilas de Excelência. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 5 - DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

##### 5.1 - Protocolo de Parceria para a Qualificação

----- Foi presente um Protocolo de Parceria para a Qualificação, celebrado entre o Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte - Serviço de Emprego e Formação Profissional de Arganil do IEFP, IP., a Escola Escalada de Pampilhosa da Serra e o Município de Pampilhosa da Serra, cujo objeto consiste na definição dos termos e condições gerais de partilha de espaços do Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra, como as condições gerais de utilização dos mesmos por parte dos formandos e formadores do Curso Técnico Instalador de Sistemas Eólicos, no quadro do desenvolvimento da ação de formação, com início em 2013-09-25 e termo em 2015-12-31, ao abrigo da modalidade de Cursos de Aprendizagem. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo e, após análise, deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

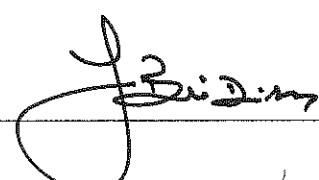
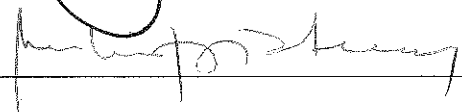




**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_